

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

Processo nº		038/2026
Modalidade Pregão Eletrônico		024/2026
Registro de Preços		022/2026
Tipo	Menor Preço – Item	
Da participação	Ampla concorrência Este procedimento licitatório não será exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 49, incisos II e III da Lei Complementar nº 123/06: Não há um mínimo de <u>3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente</u> e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório – O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte <u>não for vantajoso para a administração pública</u> ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.	
Da sessão pública do pregão eletrônico (o)	Fim do recebimento das propostas: 17/06/2026 às 09h00min Abertura da Sessão Pública: 17/06/2026 às 09h00min Sessão Pública: 17 de junho de 2026 Horário de início da disputa: 09h00min (horário de Brasília/DF)	
Site para realização	Portal: www.licitanet.com.br	
Modo de disputa	Aberto	
Objeto do certame	Constitui objeto da presente licitação é o Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada visando a aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde , nas quantidades, qualidades e condições descritas no Termo de Referência.	
Edital	O edital com os anexos está publicado nos sites https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes/ e www.licitanet.com.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus. Não serão fornecidos editais por fac-simile e pelos correios.	
Contatos e informações:	Camila Fonseca da Silva – Pregoeira Telefone (34) 3811-0070 E-mail: licitacao@po.mg.gov.br	

Lei Federal 14.133/21:

Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Assinado por 2 pessoas: CAMILA FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteolegario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141>





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Pregão Eletrônico Nº 024/2026

Processo Licitatório Nº 038/2026

O **Município de Presidente Olegário**, com endereço à Praça Doutor Castilho, nº 10, Bairro: Centro, Presidente Olegário/MG, CEP nº 38.750-000, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, isento de inscrição estadual, por meio do **Setor de Licitações**, TORNA-SE público a abertura do **Processo Licitatório nº038/2026** na modalidade **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, do tipo **menor preço item**, regido pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 1497/2022 e demais legislações vigentes, que regulamenta no município de Presidente Olegário/MG e demais condições fixadas neste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada visando a aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O pregão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) público(a) do Município de Presidente Olegário, nomeado para cargo de Pregoeiro, através da Portaria nº 004/2026 e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.

2.3. As comunicações referentes ao certame serão publicadas no site www.licitanet.com.br e www.po.mg.gov.br, na aba de licitações. As demais condições constam do presente edital, seus anexos.

3. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação empresas individualmente cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste Edital, termo de referência e seus Anexos, e que estejam devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.

3.1.1. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ao Portal: Licitanet no site www.licitanet.com.br, até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

OBS: A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.

3.3. O documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP **deve ser apresentado junto dos documentos de habilitação**, mediante a apresentação de:

a - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

b - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.

c - O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹;

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

¹ JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO CONSÓRCIO: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.



4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 5.6.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.6.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.6.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca; (SE FOR O CASO)

6.1.3. Fabricante; (SE FOR O CASO). Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).

6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.6.2. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

6.6.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

6.6.4. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

6.7. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de.

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.3.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1.** contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. O servidor designado, realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.14. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo **2 (duas) horas** para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, podendo ser prorrogado a critério da pregoeira, caso entenda necessário.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo máximo de **2 (duas) horas** a contar da solicitação feita pela pregoeira, TODA A DOCUMENTAÇÃO exigida na **Cláusula 10** deste instrumento convocatório, com vigência válida. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, a



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

critério da autoridade solicitante, caso entenda necessário. O não envio da documentação no prazo estabelecido poderá implicar a **inabilitação do licitante**.

9.2. A Pregoeira efetuará consulta ao site da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

9.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo, observando-se que:

9.3.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.3.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.3.3. se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

9.3.4. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (noventa) dias até a data de abertura da sessão.

9.5. Os documentos mencionados no item 10.1 não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

9.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas)** horas, para:

9.6.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.6.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.6.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.7. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.9. Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

9.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.13. Em caso de documentos (DECLARAÇÕES) firmados por assinatura digital, deverá ser providenciado pelo licitante a remessa do comprovante/autenticidade da assinatura eletrônica emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, ou, ainda, deverá ser providenciada a apresentação/envio de mídia contendo o arquivo digital original para verificação/autenticação de conformidade da assinatura com a regulamentação da ICP-Brasil, quando solicitado pela Pregoeira.

9.14. Caso as declarações sejam assinadas manualmente, poderão ser autenticadas em cartório ou por servidor público competente, mediante cotejo do documento original.

9.15. Não serão aceitos documentos com assinatura em formato imagem (copia/cola).

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

10.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.10. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.13. Prova de regularidade com INSS (seguridade social), e tributos federais e dívida ativa da união (certidão conjunta);

10.14. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

10.15. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

10.16. Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço) que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.17. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

Nota: são válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.

Qualificação Econômico-Financeira

10.18. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Concordata expedida pelo FORO de domicílio da proponente, dentro do prazo de validade previsto na mesma, referente à data de abertura desta licitação, admitindo-se certidões digitais.

10.19. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

10.20. Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos** exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.21. Se os índices exigidos não estiverem apresentados no balanço patrimonial ou nas demais demonstrações contábeis, a licitante deverá apresentar, em documento separado, o memorial de cálculos, assinado pelo contador responsável.

10.22. Caso o licitante não apresentar o memorial de cálculos conforme descrito no subitem anterior, a contadora do município atestará a capacidade econômico-financeira com base nos critérios estabelecidos no item 10.23.

10.23. Na hipótese de a empresa apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.25. Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto do 18-A c/c 68, ambos da LC 123/06.

10.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.28. Serão aceitos, conforme a lei, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis apresentados da seguinte forma:

10.29. Sociedades Anônimas (S/A), regidas pela Lei nº 6.404/76:

- Publicados em Diário Oficial;
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Apresentados por fotocópia registrada.

10.30. Sociedades Limitadas (LTDA) e Empresários Individuais:

- Fotocópia do Livro Diário, incluindo os Termos de Abertura e Encerramento;
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

10.31. Fica vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. Caso essas peças contábeis estejam encerradas há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, será permitida a atualização utilizando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro indicador que venha a substituí-lo.

Qualificação Técnica

10.32. Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço(s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

10.33. Autorização de Funcionamento da Empresa licitante (AFE) pelo Ministério da Saúde; (Serão aceitas cópias retiradas do site da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como publicação no Diário Oficial da União da empresa participante para o tipo de produto licitado);

10.34. Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente estadual ou Municipal da sede do domicílio do licitante;

Declarações

10.35. Os LICITANTES deverão apresentar as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação,
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- d) Declaração de que não emprega menor.

10.36. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e deverá ser assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei.

10.37. Declaração de condições de ME, EPP ou equiparada, acompanhada da certidão comprobatória do enquadramento.

10.38. Declaração SOMENTE para microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e equiparadas para atendimento ao §2º do Art. 4º da Lei 14.133/21. A DECLARAÇÃO deverá ser assinado pelo Sócio Proprietário da empresa juntamente com um profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC de que a empresa no ano-calendário de realização



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (Anexo III).

10.39. As declarações acima poderão ser substituídas por aquelas emitidas automaticamente pelo sistema da Licitanet, desde que contenham as mesmas informações exigidas.

11. TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.9. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

13.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.7. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.8. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Caso a licitante adjudicatária se recuse a assinar o Contrato ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa, será considerada inadimplente e estará sujeita à multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da sua proposta.

15.2. Independente das sanções civis e penais previstas na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, serão aplicadas à Contratada as penalidades elencadas nas Cláusulas do Contrato, resguardado o direito de recurso nos termos do Art. 166 e 167 da Lei n.º 14.133/21.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: licitacao@po.mg.gov.br e pelo Portal da Licitanet no respectivo processo.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) **ADJUDICAR** o objeto e **HOMOLOGAR** a licitação.

17.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

17.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

17.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.1. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.2. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 92.516,81 (noventa e dois mil quinhentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2 do Termo de Referência.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

18.1. Poderá ser utilizado qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Nenhum pagamento ou indenização será devido às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos e propostas relativos ao presente certame.

19.2. É facultada ao Pregoeiro caso julgue necessário, suspender a sessão, de classificação e julgamento das propostas ou de habilitação, para melhor analisar e, posteriormente, proferir sua decisão.

19.3. De todas as reuniões realizadas serão lavradas atas que circunstanciarão as principais ocorrências, inclusive eventuais manifestações dos interessados, por estes próprios reduzidas a termo.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

19.4. É facultada a Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação por parte da licitante que deveria constar originariamente na proposta.

19.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.12. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as de seus anexos ou demais documentos integrantes do processo licitatório, prevalecerão as regras estabelecidas neste Edital.

19.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes/>.

19.14. Edital elaborado por: Eunice Gonçalves de Lima

19.15. Integram o presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo IV – Minuta de Contrato

Anexo V – Modelo de Declarações;

Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar

Fica eleito o Foro do Município de Presidente Olegário-MG, para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação, por mais privilegiado que outro possa parecer.

Presidente Olegário-MG, 02 de junho de 2026.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

Lara Fernandes R. Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde

Camila Fonseca da Silva
Pregoeira

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada visando a aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades, qualidades e condições descritas neste termo de referência:

Tabela com descritivo, quantidades e valores máximo aceitáveis.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor unitário (Estimado)	Valor Total (Estimado)
0001	ACOPLAMENTO MICROMOTOR DENTEMED	UN	2	ACOPLAMENTO MICROMOTOR DENTEMED	R\$ 281,33	R\$ 562,66
0002	ANEL DE VEDACAO AUTOCLAVE 21L	UN	6	ANEL DE VEDACAO AUTOCLAVE 21L	R\$156,66	R\$ 939,96
0003	ANEL DO PISTAO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	ANEL DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 292,00	R\$ 1.168,00
0004	BASE CARREGADORA DO FOTO SCHUSTER	UN	6	BASE CARREGADORA DO FOTO SCHUSTER	R\$ 180,49	R\$ 1.082,94
0005	BASE ESTRELA PARA MOCHO DENTEMED	UN	3	BASE ESTRELA PARA MOCHO DENTEMED	R\$ 245,00	R\$ 735,00
0006	BASE FOTO DENTEMED	UN	2	BASE FOTO DENTEMED	R\$ 115,67	R\$ 231,34
0007	BATERIA FOTO DENTEMED	UN	2	BATERIA FOTO DENTEMED	R\$ 179,67	R\$ 359,34
0008	BICO DO SUGADOR DENTEMED	UN	6	BICO DO SUGADOR DENTEMED	R\$ 66,67	R\$ 400,02
0009	BOBINA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	UN	4	BOBINA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	R\$ 110,81	R\$ 443,24
0010	BOTAO DENTEMED	UN	4	BOTAO DENTEMED	R\$ 28,00	R\$ 112,00
0011	CABECA CONTRA ANGULO KAVO	UN	1	CABECA CONTRA ANGULO KAVO	R\$ 280,00	R\$ 280,00
0012	CABECA DO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	10	CABECA DO CONTRA ANGULO DENTEMED	R\$ 260,00	R\$ 2.600,00
0013	CABEÇOTE DE LED DENTEMED	UN	2	CABEÇOTE DE LED DENTEMED	R\$ 3.686,67	R\$ 7.373,34
0014	CABO DE ALIMENTACAO PARA AUTOCLAVE	UN	6	CABO DE ALIMENTACAO PARA AUTOCLAVE	R\$ 98,03	R\$ 588,18
0015	CABO FLAT DENTEMED	UN	3	CABO FLAT DENTEMED	R\$ 90,00	R\$ 270,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

0016	CAMISA DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	CAMISA DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 483,00	R\$ 1.932,00
0017	CANETA JATO DE BICARBONATO DENTEMED	UN	1	CANETA JATO DE BICARBONATO DENTEMED	R\$ 332,97	R\$ 332,97
0018	CANETA ULTRASSOM DABI	UN	6	CANETA ULTRASSOM DABI	R\$ 827,95	R\$ 4.967,70
0019	CANETA ULTRASSOM DO PROF. DENTEMED	UN	1	CANETA ULTRASSOM DO PROF. DENTEMED	R\$ 944,46	R\$ 944,46
0020	CANETA ULTRASSOM KONDENTECH	UN	5	CANETA ULTRASSOM KONDENTECH	R\$ 779,50	R\$ 4.677,00
0021	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2020	UN	4	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2020	R\$ 92,02	R\$ 368,08
0022	COLUNA DE GÁS PARA MOCHO DENTEMED	UN	4	COLUNA DE GÁS PARA MOCHO DENTEMED	R\$ 113,68	R\$ 454,72
0023	CONECTOR ULTRASSOM DO PROF DENTEMED	UN	1	CONECTOR ULTRASSOM DO PROF DENTEMED	R\$ 99,63	R\$ 99,63
0024	CONEXÃO RETA ¼ X 6MM	UN	10	CONEXÃO RETA ¼ X 6MM	R\$ 6,97	R\$ 69,70
0025	CONEXÃO RETA ¼ X 8MM	UN	10	CONEXÃO RETA ¼ X 8MM	R\$ 5,84	R\$ 58,40
0026	CONJUNTO CARENAGEM DA CUSPIDEIRA DENTEMED	UN	3	CONJUNTO CARENAGEM DA CUSPIDEIRA DENTEMED	R\$ 282,68	R\$ 848,04
0027	CORPO MICROMOTOR DENTEMED	UN	2	CORPO MICROMOTOR DENTEMED	R\$ 204,07	R\$ 408,14
0028	CUBA DE PORCELANA DENTEMED	UN	4	CUBA DE PORCELANA DENTEMED	R\$ 150,01	R\$ 600,04
0029	EIXO TRANSMISSAO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	EIXO TRANSMISSAO CONTRA ANGULO DENTEMED	R\$ 185,80	R\$ 371,60
0030	EJETOR DENTEMED	UN	4	EJETOR DENTEMED	R\$ 73,64	R\$ 294,56
0031	ENGRENAGEM CONTRA ANGULO KAVO	UN	1	ENGRENAGEM CONTRA ANGULO KAVO	R\$ 239,28	R\$ 239,28
0032	ESPAGUETE CRISTAL	MT	50	ESPAGUETE CRISTAL DE SILICONE 3MM	R\$ 6,14	R\$ 307,00
0033	FILTRO DE AR COM REGULADOR	UN	8	FILTRO DE AR COM REGULADOR	R\$ 88,43	R\$ 707,44
0034	FILTRO DE RUÍDO COMPRESSOR DENTEMED	UN	6	FILTRO DE RUÍDO COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 85,71	R\$ 514,26
0035	FILTRO DO SUGADOR DENTEMED	UN	12	FILTRO DO SUGADOR DENTEMED	R\$ 49,75	R\$ 597,00
0036	FONTE 12V DENTEMED	UN	4	FONTE 12V DENTEMED	R\$ 85,94	R\$ 343,76
0037	FONTE DO FOTO DENTEMED	UN	2	FONTE DO FOTO DENTEMED	R\$ 40,00	R\$ 80,00
0038	FUNDO ACABAMENTO CUSPIDEIRA DENTEMED	UN	3	FUNDO ACABAMENTO CUSPIDEIRA DENTEMED	R\$ 197,16	R\$ 591,48
0039	GUARNICAO AUTOCLAVE DIGITALE 42L	UN	3	GUARNICAO AUTOCLAVE DIGITALE 42L	R\$ 7,00	R\$ 21,00
0040	GUARNIÇÕES DO CABEÇOTE COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	GUARNIÇÕES DO CABEÇOTE COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 53,33	R\$ 213,32
0041	INSERTO DO	UN	12	INSERTO DO	R\$ 186,67	R\$ 2.240,04

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

	ULTRASSOM DENTEMED			ULTRASSOM DENTEMED		
0042	JOY STICK DENTEMED	UN	2	JOY STICK DENTEMED	R\$ 641,33	R\$ 1.282,66
0043	JUNTA DO ENGATE PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	10	JUNTA DO ENGATE PARA ALTA ROTAÇÃO	R\$ 18,81	R\$ 188,10
0044	JUNTA DO SPRAY PARA ALTA ROTACAO	UN	10	JUNTA DO SPRAY PARA ALTA ROTACAO	R\$ 23,37	R\$ 233,70
0045	KIT PLACA DENTEMED	UN	3	KIT PLACA DENTEMED	R\$ 2.103,06	R\$ 6.309,18
0046	LAMPADA H3 12 X 55 DENTEMED	UN	6	LAMPADA H3 12 X 55 DENTEMED	R\$ 40,00	R\$240,00
0047	LED DO FOTO DENTEMED	UN	2	LED DO FOTO DENTEMED	R\$ 15,83	R\$ 31,66
0048	MANGUEIRA CZ PU ¼	MT	50	MANGUEIRA CZ PU ¼	R\$ 6,34	R\$ 317,00
0049	MANGUEIRA DUPLA DENTEMED	MT	50	MANGUEIRA DUPLA DENTEMED	R\$ 14,72	R\$ 736,00
0050	MANGUEIRA TRÍPLICE	MT	30	MANGUEIRA TRÍPLICE	R\$ 11,22	R\$ 336,60
0051	MANOMETRO DO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	MANOMETRO DO COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 84,00	R\$ 336,00
0052	MICROVALVULA VLA DENTEMED	UN	6	MICROVALVULA VLA DENTEMED	R\$ 78,00	R\$ 468,00
0053	MOTOR 850W PARA COMPRESSOR DENTEMED	UN	2	MOTOR 850W PARA COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 2.230,00	R\$ 4.460,00
0054	MOTOR PARA COMPRESSOR SCHUSTER	UN	2	MOTOR PARA COMPRESSOR SCHUSTER 110V 60HZ COMPLETO	R\$ 1.736,68	R\$ 3.473,36
0055	MOTORREDUTOR DO ASSENTO DENTEMED	UN	3	MOTORREDUTOR DO ASSENTO DENTEMED	R\$ 930,18	R\$ 2.790,54
0056	MOTORREDUTOR DO ENCOSTO DENTEMED	UN	3	MOTORREDUTOR DO ENCOSTO DENTEMED	R\$ 1.393,60	R\$ 4.180,80
0057	MTS MANGUEIRA CZ PARA SUGADOR	MT	50	MTS MANGUEIRA CZ PARA SUGADOR	R\$ 7,85	R\$ 392,50
0058	OLEO LUBRIFICANTE KAVO	UN	15	OLEO LUBRIFICANTE KAVO 200ML	R\$ 25,52	R\$ 382,80
0059	PALHETA DA PLACA VÁLVULA COMPRESSOR DENTEMED	UN	1	PALHETA DA PLACA VÁLVULA COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 42,55	R\$ 42,55
0060	PARAFUSO FIXAÇÃO TRAVA CONTRA ÂNGULO DENTEMED	UN	2	PARAFUSO FIXAÇÃO TRAVA CONTRA ÂNGULO DENTEMED	R\$ 7,00	R\$ 14,00
0061	PEDAL DO EQUIPO DENTEMED	UN	4	PEDAL DO EQUIPO DENTEMED	R\$ 199,48	R\$ 797,92
0062	PINO ELÁSTICO PARA CONTRA ÂNGULO	UN	20	PINO ELÁSTICO PARA CONTRA ÂNGULO	R\$ 17,64	R\$ 352,80
0063	PINO VERMELHO PARA SELO DE SEGURANÇA	UN	4	PINO VERMELHO PARA SELO DE SEGURANÇA	R\$ 22,96	R\$ 91,84
0064	PLACA CADEIRA GNATUS	UN	1	PLACA CADEIRA GNATUS	R\$ 367,83	R\$ 367,83
0065	PLACA DE COMANDO REFLETOR LED DENTEMED	UN	2	PLACA DE COMANDO REFLETOR LED DENTEMED	R\$ 704,24	R\$ 1.408,48
0066	PLACA ELETRÔNICA DO PAINEL DO PROF. DENTEMED	UN	1	PLACA ELETRÔNICA DO PAINEL DO PROF. DENTEMED	R\$ 489,46	R\$ 489,46
0067	PLACA ELETRÔNICA DO PROF. DENTEMED	UN	1	PLACA ELETRÔNICA DO PROF. DENTEMED	R\$ 489,46	R\$ 489,46
0068	PLACA FOTO DENTEMED	UN	2	PLACA FOTO DENTEMED	R\$ 251,58	R\$ 503,16
0069	PLACA PARA AUTOCLAVE.	UN	6	PLACA PARA AUTOCLAVE.	R\$ 438,18	R\$ 2.629,08
0070	PLACA ULTRASSOM	UN	3	PLACA ULTRASSOM	R\$ 530,98	R\$ 1.592,94

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

	KONDENTECH			KONDENTECH		
0071	PLACA VÁLVULA DO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	PLACA VÁLVULA DO COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 70,21	R\$ 280,84
0072	PONTEIRA DO FOTO DENTEMED	UN	2	PONTEIRA DO FOTO DENTEMED	R\$ 182,57	R\$ 365,14
0073	PONTEIRA FOTO SCHUSTER	UN	3	PONTEIRA FOTO SCHUSTER	R\$ 91,94	R\$ 275,82
0074	PROTETOR DO ESPELHO DENTEMED	UN	4	PROTETOR DO ESPELHO DENTEMED	R\$ 71,84	R\$ 287,36
0075	Protetor ocular schuster	UN	3	Protetor ocular schuster	R\$ 44,28	R\$ 132,84
0076	REGISTRO PARA DRENO DO COMPRESSOR	UN	10	REGISTRO PARA DRENO DO COMPRESSOR	R\$ 39,48	R\$ 394,80
0077	RESERVATORIO DE AGUA DENTEMED	UN	4	RESERVATORIO DE AGUA DENTEMED	R\$ 45,36	R\$ 181,44
0078	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE	UN	6	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE	R\$ 146,55	R\$ 879,30
0079	RODIZIO DENTEMED	UN	20	RODIZIO DENTEMED	R\$ 27,72	R\$ 554,40
0080	ROLAMENTO PARA ALTA ROTACAO CERAMICO	UN	20	ROLAMENTO PARA ALTA ROTACAO CERAMICO	R\$ 74,31	R\$ 1.486,20
0081	ROTOR 605 C KAVO	UN	5	ROTOR 605 C KAVO	R\$ 151,53	R\$ 757,65
0082	ROTOR CANETA DENTEMED	UN	2	ROTOR CANETA DENTEMED	R\$ 193,11	R\$ 386,22
0083	ROTOR CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	ROTOR CONTRA ANGULO DENTEMED	R\$ 117,15	R\$ 234,30
0084	S/c registro de água dentmed apresentação unidade	UN	4	S/c registro de água dentmed apresentação unidade	R\$ 103,65	R\$ 414,60
0085	SELO DE SEGURANCA AUTOCLAVE	UN	4	SELO DE SEGURANCA AUTOCLAVE	R\$ 20,14	R\$ 80,56
0086	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AUTOCLAVE	UN	6	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AUTOCLAVE	R\$ 145,28	R\$ 871,68
0087	SERINGA TRIPLICE DENTEMED	UN	4	SERINGA TRIPLICE DENTEMED	R\$ 150,06	R\$ 600,24
0088	SUPORTE DE PONTAS ANTIGO DENTEMED	UN	3	SUPORTE DE PONTAS ANTIGO DENTEMED	R\$ 73,11	R\$ 219,33
0089	SUPORTE DE PONTAS NOVO DENTEMED	UN	6	SUPORTE DE PONTAS NOVO DENTEMED	R\$ 135,06	R\$ 810,36
0090	SUPORTE PONTAS DENTEMED	UN	4	SUPORTE PONTAS DENTEMED	R\$ 68,79	R\$ 275,16
0091	TAMPA 605 C KAVO	UN	4	TAMPA 605 C KAVO	R\$ 78,48	R\$ 313,92
0092	TAMPA CANETA DENTEMED	UN	2	TAMPA CANETA DENTEMED	R\$ 78,90	R\$ 157,80
0093	TAMPA DO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	TAMPA DO CONTRA ANGULO DENTEMED	R\$ 63,44	R\$ 126,88
0094	TAMPA PET DENTEMED	UN	3	TAMPA PET DENTEMED	R\$ 94,80	R\$ 284,40
0095	TERMINAL DE ALTA ROTACAO DENTEMED	UN	6	TERMINAL DE ALTA ROTACAO DENTEMED	R\$ 85,30	R\$ 511,80
0096	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE	UN	6	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE	R\$ 123,01	R\$ 738,06
0097	TRAVA BROCA CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	10	TRAVA BROCA CONTRA ANGULO DENTEMED	R\$ 37,68	R\$ 376,80
0098	TUBO AZUL 6MM	MT	50	TUBO AZUL 6MM	R\$ 2,54	R\$ 127,00
0099	TUBO AZUL 8 MM	MT	50	TUBO AZUL 8 MM	R\$ 3,78	R\$ 189,00
0100	UN ESPELHO REFLETOR LED DENTEMED	UN	2	UN ESPELHO REFLETOR LED DENTEMED	R\$ 145,19	R\$ 290,38
0101	UN PLACA CONTROLE	UN	2	UN PLACA CONTROLE	R\$ 492,13	R\$ 984,26



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

	ULTRASSOM DABI			ULTRASSOM DABI		
0102	VALVULA DE RETENÇÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	3	VALVULA DE RETENÇÃO COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 80,22	R\$ 240,66
0103	VÁLVULA DE SEGURANÇA COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	VÁLVULA DE SEGURANÇA COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 119,83	R\$ 479,32
0104	VALVULA ELETRONICA COMPRESSOR DENTEMED	UN	3	VALVULA ELETRONICA COMPRESSOR DENTEMED	R\$ 325,65	R\$ 976,95
0105	VALVULA PNEUMATICA CA DENTEMED	UN	4	VALVULA PNEUMATICA CA DENTEMED	R\$ 256,70	R\$ 1.026,80
0106	VALVULA REGULADORA DENTEMED	UN	4	VALVULA REGULADORA DENTEMED	R\$ 130,91	R\$ 523,64
0107	VALVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	UN	6	VALVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	R\$ 219,14	R\$ 1.314,84

O objeto da licitação tem a natureza de aquisição de bens e serviços comuns.

A presente aquisição adotará o critério de julgamento Menor Preço – Item.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata, prorrogável por mais 12 meses, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

Caso o objeto venha a ser prorrogado, seu preço poderá ser reajustado através do INPC, a cada período de 12 (doze) meses, aplicando-se o índice acumulado do período.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Os equipamentos odontológicos utilizados nos atendimentos diários estão sujeitos ao desgaste natural decorrente do uso contínuo, bem como a eventuais falhas técnicas que demandam substituição de peças e componentes específicos. A inexistência de estoque mínimo ou a demora na reposição desses itens pode ocasionar a paralisação dos serviços, comprometendo a continuidade do atendimento à população e impactando negativamente a prestação do serviço público de saúde.

A manutenção corretiva adequada é essencial para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, preservar sua vida útil, assegurar a qualidade dos procedimentos realizados e proporcionar segurança tanto aos profissionais quanto aos usuários do sistema público de saúde.

Dessa forma, a aquisição das peças mostra-se necessária para evitar interrupções nos atendimentos odontológicos da Atenção Básica, assegurar a eficiência dos serviços prestados e promover a adequada gestão dos recursos públicos, atendendo aos princípios da continuidade, eficiência e economicidade da Administração Pública.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na realização de registro de preços para futura e eventual aquisição, conforme a demanda, garantindo o atendimento contínuo das necessidades da unidade. O processo foi estruturado com base em levantamento prévio de consumo e análise de contratações anteriores, utilizando como referência os valores praticados na última aquisição registrada no sistema Memory.

A adoção do registro de preços permite maior flexibilidade na gestão dos recursos, evitando aquisições em quantidade superior à necessária e possibilitando contratações conforme a real demanda ao longo da vigência da ata. Além disso, contribui para a otimização dos processos administrativos, redução de custos operacionais e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a solução assegura economicidade, transparência e padronização das aquisições, atendendo aos princípios da administração pública e garantindo o adequado suprimento das necessidades institucionais.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia Contratual

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá exigir garantia nas contratações, como forma de assegurar a fiel execução do contrato. No entanto, a exigência dessa garantia é uma faculdade da Administração, devendo sua adoção observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, à luz das particularidades do objeto a ser contratado.

No caso em questão, opta-se pela não exigência de garantia contratual, considerando que se trata da aquisição de materiais e peças para manutenção corretiva dos consultórios odontológicos, com ampla oferta no mercado e com características de fornecimento rotineiro e de baixo valor unitário.

Destaca-se ainda tratar-se de fornecimento simples, com risco de inadimplemento considerado mínimo, não se justificando a imposição de garantia que possa onerar desnecessariamente o contrato e encarecer a proposta.

Diante do exposto, e com fundamento no caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, entende-se que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária, sendo mais adequado à natureza e às condições do objeto contratado que se adote a dispensa desse requisito, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

5.1.1 – Entrega os itens conforme Solicitação da Secretaria Requisitante e definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.

5.1.2 – O prazo de entrega dos produtos será de **8 (oito) dias** consecutivos após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;

5.1.3 – Será de responsabilidade da empresa licitante vencedora a entrega dos produtos conforme especificado no edital e conforme proposta aceita. Não será admitida em hipótese alguma a entrega de produtos danificados, sob pena de suspensão do fornecimento e demais medidas legais. Para que esta determinação seja cumprida com rigor.

5.1.4 – A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário – MG reserva-se no direito de não receber os produtos que estiverem em desacordo com as disposições apresentadas neste instrumento convocatório.

5.1.5 – A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

5.1.6 – As despesas decorrentes da entrega, e substituição em casos necessários serão de inteira responsabilidade da parte contratada.

5.1.7 – Os itens deverão ter garantia de no mínimo 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento do objeto.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **30 (trinta) dias** após a entrega dos materiais, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

8.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

8.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço(s);



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

Autorização de Funcionamento da Empresa licitante (AFE) pelo Ministério da Saúde; (Serão aceitas cópias retiradas do site da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como publicação no Diário Oficial da União da empresa participante para o tipo de produto licitado);

Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente estadual ou Municipal da sede do domicílio do licitante;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do menor preço item, consta no item 1.2. deste termo de referência, podendo ser sigiloso conforme Art. 24 da Lei 14.133/21.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta licitação está estimada em **R\$ 92.516,81 (noventa e dois mil quinhentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos)**.

Poderá ser utilizado qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.800/2025, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativa;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução contratual;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. As infrações acima sujeitam o Contratado às seguintes sanções:

11.2.1. *Advertência*, conforme art. 3º da Lei Municipal nº 3.800/2025, para a alínea “a”, salvo justificativa para penalidade mais grave.

11.2.2. *Impedimento de licitar e contratar com o Município*, conforme art. 4º da Lei Municipal.

11.2.3. *Declaração de inidoneidade*, conforme art. 5º da Lei Municipal.

11.2.4. *Multa*:

11.2.4.1. *Moratória por atraso na execução* sobre a parcela inadimplida (art. 6º, §3º da Lei Municipal):

- Até 5 dias úteis: **0,1% ao dia**;
- De 6 a 15 dias úteis: **0,2% ao dia**;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

- De 16 a 30 dias úteis: **0,5% ao dia**;
- Acima de 30 dias úteis: **10% fixos** sobre a parcela inadimplida.
- Nos casos de fornecimento de bens ou serviços essenciais ao funcionamento da Administração Pública, a multa moratória poderá ser majorada até o dobro dos percentuais estabelecidos, desde que devidamente justificado pelo gestor do contrato.

11.2.4.2. Compensatória (art. 7º da Lei Municipal), conforme gravidade da infração:

- Leve: **3%**
- Média: **10%**
- Grave: **20%**
- Gravíssima: **30%**

11.2.4.3. A reincidência poderá aumentar o percentual da multa de mesma natureza em até **50%**, respeitado o teto de **30%** do valor do contrato.

11.3. As sanções não excluem a obrigação de reparar integralmente os danos à Administração.

11.4. Todas as sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. As multas moratória e compensatória **não serão cumuladas para o mesmo fato gerador**, nos termos do art. 6º, §5º da Lei Municipal nº 3.800/2025.

11.6. Será garantida defesa prévia de **15 dias úteis**, a contar da intimação.

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.8. O recolhimento da multa deverá ser feito em até **10 dias úteis** após comunicação formal da penalidade.

11.9. A aplicação das sanções se dará por processo administrativo sancionador, conforme os arts. 14 a 31 da Lei Municipal nº 3.800/2025.

11.10. Notificações poderão ser realizadas por e-mail, aplicativo de mensagens ou publicação oficial, conforme os arts. 19 e 20 da Lei Municipal.

11.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma que aconteceu a licitação.

11.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou na plataforma que aconteceu a licitação serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.11. Nas aplicações das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

d) os danos que dela provierem para o Contratante; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12. As infrações que também forem atos lesivos conforme a Lei nº 12.846/2013 serão julgadas conjuntamente.

11.13. A Administração poderá desconsiderar a personalidade jurídica do Contratado e estender as penalidades a sócios e sucessores, nos termos dos arts. 41 a 45 da Lei Municipal.

11.14. As penalidades serão registradas no **CEIS, CNEP** ou sistema próprio no prazo de **5 dias úteis**, conforme art. 36 da Lei Municipal.

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o Município ora Contratante.

12. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

12.1. Do reajuste:

12.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

12.1.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice INPC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.2. Do reequilíbrio:

12.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusulas serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

12.2.2. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

12.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

12.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

12.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

12.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

12.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

12.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

12.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

12.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

12.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

12.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

12.2.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

13. JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Ao analisarmos o objeto da presente licitação, qual seja, a aquisição de material odontológico e peças para manutenção corretiva, é possível verificar que este não se enquadra nas condições que justificariam a adoção de consórcio. Primeiramente, o valor estimado para este contrato está muito aquém do limite estabelecido para serviços de grande vulto, não se configurando, portanto, como uma contratação de alto valor econômico. Além disso, aquisição de materiais e peças odontológicas, por sua natureza, não apresenta a complexidade técnica ou operacional que exigiria a união de diversas empresas para sua execução.

Não há, no termo de referência ou nas especificações do edital, qualquer característica que indique a necessidade de um consórcio para o atendimento das exigências do contrato. A natureza da aquisição de materiais e peças odontológicas é relativamente simples, sem demandas específicas que justifiquem a colaboração entre diferentes empresas.

Ademais, a possibilidade de participação de consórcios em um objeto de baixa complexidade, com a aquisição de materiais e peças odontológicas, contrariaria o princípio da competitividade previsto na Lei nº 14.133/2021, que visa garantir uma disputa ampla e isonômica entre os licitantes. A admissão de consórcios, em um caso como este, poderia levar à formação de grupos de empresas que, ao invés de competir entre si, se uniriam, prejudicando a livre concorrência e, por conseguinte, a vantajosidade da proposta para a Administração Pública.

Portanto, considerando os parâmetros legais e os princípios da licitação, conclui-se que não há justificativa para a participação de consórcios neste processo licitatório, devendo ser mantida a participação de empresas de forma individual, garantindo-se, assim, a ampla competitividade e a eficiência desejadas pela Administração.

14. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

14.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da **CONTRATANTE**:

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

a ARP e seus anexos;

14.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nesta ARP;

14.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ARP e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ARP;

14.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta ARP;

14.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ARP, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.1.9. A Administração terá o prazo de 01 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 mês.

14.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da **CONTRATADA**:

14.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes desta ARP e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

14.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ARP ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

incorrções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.2.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ARP, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da ARP;

14.2.9. Comunicar ao Fiscal da ARP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

14.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.2.11. Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

14.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução da ARP, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

14.2.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

14.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

14.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

14.2.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas desta ARP, fornecendo os materiais, equipamentos,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

14.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

APROVAÇÃO DE PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA VISANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto que pretendemos contratar, **APROVO** o referido documento para que obrigatoriamente seja parte integrante do processo.

Lara Fernandes R. Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

ANEXO II

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

OBJETO: Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada visando a aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Razão Social do Licitante:
CNPJ/CPF :
Endereço :
E-mail :
Telefone / Fax :
Representante : Nome:
Identificação:
Qualificação:
Assinatura:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor unitário (Estimado)	Valor Total (Estimado)
0001	ACOPLAMENTO MICROMOTOR DENTEMED	UN	2	ACOPLAMENTO MICROMOTOR DENTEMED		
0002	ANEL DE VEDACAO AUTOCLAVE 21L	UN	6	ANEL DE VEDACAO AUTOCLAVE 21L		
0003	ANEL DO PISTAO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	ANEL DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED		
0004	BASE CARREGADORA DO FOTO SCHUSTER	UN	6	BASE CARREGADORA DO FOTO SCHUSTER		
0005	BASE ESTRELA PARA MOCHO DENTEMED	UN	3	BASE ESTRELA PARA MOCHO DENTEMED		
0006	BASE FOTO DENTEMED	UN	2	BASE FOTO DENTEMED		
0007	BATERIA FOTO DENTEMED	UN	2	BATERIA FOTO DENTEMED		
0008	BICO DO SUGADOR DENTEMED	UN	6	BICO DO SUGADOR DENTEMED		
0009	BOBINA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	UN	4	BOBINA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE		
0010	BOTAO DENTEMED	UN	4	BOTAO DENTEMED		
0011	CABECA CONTRA ANGULO KAVO	UN	1	CABECA CONTRA ANGULO KAVO		
0012	CABECA DO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	10	CABECA DO CONTRA ANGULO DENTEMED		
0013	CABEÇOTE DE LED DENTEMED	UN	2	CABEÇOTE DE LED DENTEMED		

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

0014	CABO DE ALIMENTACAO PARA AUTOCLAVE	UN	6	CABO DE ALIMENTACAO PARA AUTOCLAVE		
0015	CABO FLAT DENTEMED	UN	3	CABO FLAT DENTEMED		
0016	CAMISA DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	CAMISA DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED		
0017	CANETA JATO DE BICARBONATO DENTEMED	UN	1	CANETA JATO DE BICARBONATO DENTEMED		
0018	CANETA ULTRASSOM DABI	UN	6	CANETA ULTRASSOM DABI		
0019	CANETA ULTRASSOM DO PROF. DENTEMED	UN	1	CANETA ULTRASSOM DO PROF. DENTEMED		
0020	CANETA ULTRASSOM KONDENTECH	UN	5	CANETA ULTRASSOM KONDENTECH		
0021	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2020	UN	4	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2020		
0022	COLUNA DE GÁS PARA MOCHO DENTEMED	UN	4	COLUNA DE GÁS PARA MOCHO DENTEMED		
0023	CONECTOR ULTRASSOM DO PROF DENTEMED	UN	1	CONECTOR ULTRASSOM DO PROF DENTEMED		
0024	CONEXÃO RETA ¼ X 6MM	UN	10	CONEXÃO RETA ¼ X 6MM		
0025	CONEXÃO RETA ¼ X 8MM	UN	10	CONEXÃO RETA ¼ X 8MM		
0026	CONJUNTO CARENAGEM DA CUSPIDEIRA DENTEMED	UN	3	CONJUNTO CARENAGEM DA CUSPIDEIRA DENTEMED		
0027	CORPO MICROMOTOR DENTEMED	UN	2	CORPO MICROMOTOR DENTEMED		
0028	CUBA DE PORCELANA DENTEMED	UN	4	CUBA DE PORCELANA DENTEMED		
0029	EIXO TRANSMISSAO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	EIXO TRANSMISSAO CONTRA ANGULO DENTEMED		
0030	EJETOR DENTEMED	UN	4	EJETOR DENTEMED		
0031	ENGRENAGEM CONTRA ANGULO KAVO	UN	1	ENGRENAGEM CONTRA ANGULO KAVO		
0032	ESPAGUETE CRISTAL	MT	50	ESPAGUETE CRISTAL DE SILICONE 3MM		
0033	FILTRO DE AR COM REGULADOR	UN	8	FILTRO DE AR COM REGULADOR		
0034	FILTRO DE RUÍDO COMPRESSOR DENTEMED	UN	6	FILTRO DE RUÍDO COMPRESSOR DENTEMED		
0035	FILTRO DO SUGADOR DENTEMED	UN	12	FILTRO DO SUGADOR DENTEMED		
0036	FONTE 12V DENTEMED	UN	4	FONTE 12V DENTEMED		
0037	FONTE DO FOTO DENTEMED	UN	2	FONTE DO FOTO DENTEMED		
0038	FUNDO ACABAMENTO CUSPIDEIRA DENTEMED	UN	3	FUNDO ACABAMENTO CUSPIDEIRA DENTEMED		
0039	GUARNICAO AUTOCLAVE DIGITALE 42L	UN	3	GUARNICAO AUTOCLAVE DIGITALE 42L		

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

0040	GUARNIÇÕES DO CABEÇOTE COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	GUARNIÇÕES DO CABEÇOTE COMPRESSOR DENTEMED		
0041	INSERTO DO ULTRASSOM DENTEMED	UN	12	INSERTO DO ULTRASSOM DENTEMED		
0042	JOY STICK DENTEMED	UN	2	JOY STICK DENTEMED		
0043	JUNTA DO ENGATE PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	10	JUNTA DO ENGATE PARA ALTA ROTAÇÃO		
0044	JUNTA DO SPRAY PARA ALTA ROTACAO	UN	10	JUNTA DO SPRAY PARA ALTA ROTACAO		
0045	KIT PLACA DENTEMED	UN	3	KIT PLACA DENTEMED		
0046	LAMPADA H3 12 X 55 DENTEMED	UN	6	LAMPADA H3 12 X 55 DENTEMED		
0047	LED DO FOTO DENTEMED	UN	2	LED DO FOTO DENTEMED		
0048	MANGUEIRA CZ PU ¼	MT	50	MANGUEIRA CZ PU ¼		
0049	MANGUEIRA DUPLA DENTEMED	MT	50	MANGUEIRA DUPLA DENTEMED		
0050	MANGUEIRA TRÍPLICE	MT	30	MANGUEIRA TRÍPLICE		
0051	MANOMETRO DO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	MANOMETRO DO COMPRESSOR DENTEMED		
0052	MICROVALVULA VLA DENTEMED	UN	6	MICROVALVULA VLA DENTEMED		
0053	MOTOR 850W PARA COMPRESSOR DENTEMED	UN	2	MOTOR 850W PARA COMPRESSOR DENTEMED		
0054	MOTOR PARA COMPRESSOR SCHUSTER	UN	2	MOTOR PARA COMPRESSOR SCHUSTER 110V 60HZ COMPLETO		
0055	MOTORREDUTOR DO ASSENTO DENTEMED	UN	3	MOTORREDUTOR DO ASSENTO DENTEMED		
0056	MOTORREDUTOR DO ENCOSTO DENTEMED	UN	3	MOTORREDUTOR DO ENCOSTO DENTEMED		
0057	MTS MANGUEIRA CZ PARA SUGADOR	MT	50	MTS MANGUEIRA CZ PARA SUGADOR		
0058	OLEO LUBRIFICANTE KAVO	UN	15	OLEO LUBRIFICANTE KAVO 200ML		
0059	PALHETA DA PLACA VÁLVULA COMPRESSOR DENTEMED	UN	1	PALHETA DA PLACA VÁLVULA COMPRESSOR DENTEMED		
0060	PARAFUSO FIXAÇÃO TRAVA CONTRA ÂNGULO DENTEMED	UN	2	PARAFUSO FIXAÇÃO TRAVA CONTRA ÂNGULO DENTEMED		
0061	PEDAL DO EQUIPO DENTEMED	UN	4	PEDAL DO EQUIPO DENTEMED		
0062	PINO ELÁSTICO PARA CONTRA ÂNGULO	UN	20	PINO ELÁSTICO PARA CONTRA ÂNGULO		
0063	PINO VERMELHO PARA SELO DE SEGURANÇA	UN	4	PINO VERMELHO PARA SELO DE SEGURANÇA		
0064	PLACA CADEIRA GNATUS	UN	1	PLACA CADEIRA GNATUS		
0065	PLACA DE COMANDO REFLETOR LED DENTEMED	UN	2	PLACA DE COMANDO REFLETOR LED DENTEMED		
0066	PLACA ELETRÔNICA DO PAINEL DO PROF. DENTEMED	UN	1	PLACA ELETRÔNICA DO PAINEL DO PROF. DENTEMED		
0067	PLACA ELETRÔNICA DO PROF. DENTEMED	UN	1	PLACA ELETRÔNICA DO PROF. DENTEMED		

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

0068	PLACA FOTO DENTEMED	UN	2	PLACA FOTO DENTEMED		
0069	PLACA PARA AUTOCLAVE.	UN	6	PLACA PARA AUTOCLAVE.		
0070	PLACA ULTRASSOM KONDENTECH	UN	3	PLACA ULTRASSOM KONDENTECH		
0071	PLACA VÁLVULA DO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	PLACA VÁLVULA DO COMPRESSOR DENTEMED		
0072	PONTEIRA DO FOTO DENTEMED	UN	2	PONTEIRA DO FOTO DENTEMED		
0073	PONTEIRA FOTO SCHUSTER	UN	3	PONTEIRA FOTO SCHUSTER		
0074	PROTETOR DO ESPELHO DENTEMED	UN	4	PROTETOR DO ESPELHO DENTEMED		
0075	Protetor ocular schuster	UN	3	Protetor ocular schuster		
0076	REGISTRO PARA DRENO DO COMPRESSOR	UN	10	REGISTRO PARA DRENO DO COMPRESSOR		
0077	RESERVATORIO DE AGUA DENTEMED	UN	4	RESERVATORIO DE AGUA DENTEMED		
0078	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE	UN	6	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE		
0079	RODIZIO DENTEMED	UN	20	RODIZIO DENTEMED		
0080	ROLAMENTO PARA ALTA ROTACAO CERAMICO	UN	20	ROLAMENTO PARA ALTA ROTACAO CERAMICO		
0081	ROTOR 605 C KAVO	UN	5	ROTOR 605 C KAVO		
0082	ROTOR CANETA DENTEMED	UN	2	ROTOR CANETA DENTEMED		
0083	ROTOR CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	ROTOR CONTRA ANGULO DENTEMED		
0084	S/c registro de água dentmed apresentação unidade	UN	4	S/c registro de água dentmed apresentação unidade		
0085	SELO DE SEGURANCA AUTOCLAVE	UN	4	SELO DE SEGURANCA AUTOCLAVE		
0086	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AUTOCLAVE	UN	6	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AUTOCLAVE		
0087	SERINGA TRIPLICE DENTEMED	UN	4	SERINGA TRIPLICE DENTEMED		
0088	SUPORTE DE PONTAS ANTIGO DENTEMED	UN	3	SUPORTE DE PONTAS ANTIGO DENTEMED		
0089	SUPORTE DE PONTAS NOVO DENTEMED	UN	6	SUPORTE DE PONTAS NOVO DENTEMED		
0090	SUPORTE PONTAS DENTEMED	UN	4	SUPORTE PONTAS DENTEMED		
0091	TAMPA 605 C KAVO	UN	4	TAMPA 605 C KAVO		
0092	TAMPA CANETA DENTEMED	UN	2	TAMPA CANETA DENTEMED		
0093	TAMPA DO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	TAMPA DO CONTRA ANGULO DENTEMED		
0094	TAMPA PET DENTEMED	UN	3	TAMPA PET DENTEMED		
0095	TERMINAL DE ALTA ROTACAO DENTEMED	UN	6	TERMINAL DE ALTA ROTACAO DENTEMED		
0096	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE	UN	6	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE		
0097	TRAVA BROCA CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	10	TRAVA BROCA CONTRA ANGULO DENTEMED		
0098	TUBO AZUL 6MM	MT	50	TUBO AZUL 6MM		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

0099	TUBO AZUL 8 MM	MT	50	TUBO AZUL 8 MM		
0100	UN ESPELHO REFLETOR LED DENTEMED	UN	2	UN ESPELHO REFLETOR LED DENTEMED		
0101	UN PLACA CONTROLE ULTRASSOM DABI	UN	2	UN PLACA CONTROLE ULTRASSOM DABI		
0102	VALVULA DE RETENÇÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	3	VALVULA DE RETENÇÃO COMPRESSOR DENTEMED		
0103	VÁLVULA DE SEGURANÇA COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	VÁLVULA DE SEGURANÇA COMPRESSOR DENTEMED		
0104	VALVULA ELETRONICA COMPRESSOR DENTEMED	UN	3	VALVULA ELETRONICA COMPRESSOR DENTEMED		
0105	VALVULA PNEUMATICA CA DENTEMED	UN	4	VALVULA PNEUMATICA CA DENTEMED		
0106	VALVULA REGULADORA DENTEMED	UN	4	VALVULA REGULADORA DENTEMED		
0107	VALVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	UN	6	VALVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE		

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros. Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data.

Prazo de Entrega: Conforme Edital

Condições de Pagamento: Conforme Edital

_____, ____ de _____ de 2026

**Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)**



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

Processo Licitatório nº.: **038/2026**

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.: **024/2026**

Procedimento: Registro de Preços nº.: **022/2026**

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Kedima dos Reis Ribeiro

Gestor da Ata de Registro de Preços: Lara Fernandes R. Rodrigues



Por esta Ata de Registro de Preços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o

nº _____, residente em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. ____/____ situada na _____, nº ___, Bairro _____ **CIDADE/UF**, CEP, e-mail, telefone, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar a presente ata de registro de preços, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata de registro de preços decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 038/2026 por meio do Pregão Eletrônico nº. 024/2026 pelo procedimento de Registro de Preços 022/2026 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O objeto da presente ata é o **Aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Edital da Licitação, o Termo de Referência anexo ao Edital de licitação, a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.3. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Saúde

Gestor(a): Lara Fernandes R. Rodrigues

Fiscal: Kedima dos Reis Ribeiro

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme estabelecido no Edital e/ou Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

4.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses contados a partir da data de publicação no PNCP**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução da Ata devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da Ata.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme estabelecido em termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A presente ARP tem o seu valor com o total de R\$ ____ (____ reais), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
Total do Fornecedor:						

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **30 (trinta)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento/serviço efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais/execução dos serviços.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de ARP, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reajuste:

8.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

8.1.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice estabelecido no termo de referência**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2. Do reequilíbrio:

8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.2.2. O reequilíbrio econômico financeiro da ARP ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio da ARP, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura da ARP, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que a ARP esteja vigente e ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da ARP, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal da ARP e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes da ARP serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ARP e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nesta ARP;(se for o caso)

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido/ na execução do objeto contratual, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ARP e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº](#)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

[14.133, de 2021](#);

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento/a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ARP;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta ARP;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ARP, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 01 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 mês.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da **CONTRATADA**:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes desta ARP e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ARP ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da ARP;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

- 9.2.9.** Comunicar ao Fiscal da ARP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.11.** Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.2.12.** Cumprir, durante todo o período de execução da ARP, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.2.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.2.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;
- 9.2.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.2.17.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas desta ARP, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.2.18.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1.** Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO (ENTREGA E RECEBIMENTO)

- 11.1. Conforme termo de referência.**

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

- 12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.800/2025, o Contratado que:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

- a) der causa à inexecução parcial da ARP;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ARP;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativa;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução contratual;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. As infrações acima sujeitam o Contratado às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, conforme art. 3º da Lei Municipal nº 3.800/2025, para a alínea “a”, salvo justificativa para penalidade mais grave.

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar com o Município, conforme art. 4º da Lei Municipal.

12.2.3. Declaração de inidoneidade, conforme art. 5º da Lei Municipal.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória por atraso na execução sobre a parcela inadimplida (art. 6º, §3º da Lei Municipal):

- Até 5 dias úteis: **0,1% ao dia**;
- De 6 a 15 dias úteis: **0,2% ao dia**;
- De 16 a 30 dias úteis: **0,5% ao dia**;
- Acima de 30 dias úteis: **10% fixos** sobre a parcela inadimplida.
- Nos casos de fornecimento de bens ou serviços essenciais ao funcionamento da Administração Pública, a multa moratória poderá ser majorada até o dobro dos percentuais estabelecidos, desde que devidamente justificado pelo gestor da ARP.

12.2.4.2. Compensatória (art. 7º da Lei Municipal), conforme gravidade da infração:

- Leve: **3%**
- Média: **10%**
- Grave: **20%**
- Gravíssima: **30%**

12.2.4.3. A reincidência poderá aumentar o percentual da multa de mesma natureza em até **50%**, respeitado o teto de **30%** do valor da ARP.

12.3. As sanções não excluem a obrigação de reparar integralmente os danos à Administração.

12.4. Todas as sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. As multas moratória e compensatória **não serão cumuladas para o mesmo fato gerador**, nos termos do art. 6º, §5º da Lei Municipal nº 3.800/2025.

12.6. Será garantida defesa prévia de **15 dias úteis**, a contar da intimação.

13.1. 12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

12.8. O recolhimento da multa deverá ser feito em até **10 dias úteis** após comunicação formal da penalidade.

12.9. A aplicação das sanções se dará por processo administrativo sancionador, conforme os arts. 14 a 31 da Lei Municipal nº 3.800/2025.

12.10. Notificações poderão ser realizadas por e-mail, aplicativo de mensagens ou publicação oficial, conforme os arts. 19 e 20 da Lei Municipal.

12.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma que aconteceu a licitação.

12.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou na plataforma que aconteceu a licitação serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.11. Nas aplicações das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. As infrações que também forem atos lesivos conforme a Lei nº 12.846/2013 serão julgadas conjuntamente.

12.13. A Administração poderá desconsiderar a personalidade jurídica do Contratado e estender as penalidades a sócios e sucessores, nos termos dos arts. 41 a 45 da Lei Municipal.

12.14. As penalidades serão registradas no **CEIS**, **CNEP** ou sistema próprio no prazo de **5 dias úteis**, conforme art. 36 da Lei Municipal.

13.2. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes da ARP ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o Município ora Contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A ata de registro de preço do fornecedor será cancelada quando:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços.

13.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

13.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

13.1.4. Sofrer sanção prevista no artigo 156 da Lei 14.133/21.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

13.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.2.1. por razão de interesse público;

13.2.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.2.3. se não houver êxito nas negociações quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços.

14.2. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2026, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta ata, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL

Secretário(a)

EMPRESA

Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

Nome CPF:

II - _____

Nome CPF:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO CONFORME ART 92 14.133/2021

Processo Licitatório nº.: 038/2026

Pregão Eletrônico nº.: 024/2026

Fiscal do contrato : Kedima dos Reis Ribeiro

Gestor do contrato: Lara Fernandes R. Rodrigues.

Aprovado

Amely Maria de Almeida Pinheiro
OAB/MG 128.148
Procuradora Municipal

Por este contrato, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____ e Carteira de Identidade RG: _____, residente e

domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP 38750-000, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada na Rua _____, nº _____, Bairro _____, **CIDADE/UF**, CEP _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, inscrita no CPF nº _____, e RG nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 038/2026 por meio do Pregão Eletrônico nº 024/2026 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

1.2. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência do Edital de licitação, o próprio edital e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA e demais documentos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem como objeto é a **Aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.**

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde.

Gestor(es): Lara Fernandes R. Rodrigues.

Fiscal(is): Kedima dos Reis Ribeiro

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ENTREGA, RECEBIMENTO/MEDIÇÃO)

3.1. Conforme estabelecido no termo de referência.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O presente contrato terá vigência de meses ou anos a partir da data de __/__/__, findando em __/__/__ e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O presente contrato tem o seu valor com o total de R\$ __ (__ reais), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
						Total do Fornecedor:

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **30 (trinta)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento/serviço efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1 Do reajuste:

8.1.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

8.1.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice INPC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.1.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.1.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.1.8 O reajuste será realizado por apostilamento.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

8.2. Do reequilíbrio:

8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.2.2. O reequilíbrio econômico financeiro da ARP ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio da ARP, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura da ARP, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que a ARP esteja vigente e ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da ARP, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal da ARP e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes da ARP serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

9.1.9. A Administração terá o prazo de 01 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 mês.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.2.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

9.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.2.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere

9.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.800/2025, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativa;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução contratual;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. As infrações acima sujeitam o Contratado às seguintes sanções:

11.2.1. *Advertência*, conforme art. 3º da Lei Municipal nº 3.800/2025, para a alínea “a”, salvo justificativa para penalidade mais grave.

11.2.2. *Impedimento de licitar e contratar com o Município*, conforme art. 4º da Lei Municipal.

11.2.3. *Declaração de inidoneidade*, conforme art. 5º da Lei Municipal.

11.2.4. *Multa*:

11.2.4.1. *Moratória por atraso na execução* sobre a parcela inadimplida (art. 6º, §3º da Lei Municipal):

- Até 5 dias úteis: **0,1% ao dia**;
- De 6 a 15 dias úteis: **0,2% ao dia**;
- De 16 a 30 dias úteis: **0,5% ao dia**;
- Acima de 30 dias úteis: **10% fixos** sobre a parcela inadimplida.
- Nos casos de fornecimento de bens ou serviços essenciais ao funcionamento da Administração Pública, a multa moratória poderá ser majorada até o dobro dos percentuais estabelecidos, desde que devidamente justificado pelo gestor do contrato.

11.2.4.2. *Compensatória* (art. 7º da Lei Municipal), conforme gravidade da infração:

- Leve: **3%**
- Média: **10%**
- Grave: **20%**
- Gravíssima: **30%**

11.2.4.3. A reincidência poderá aumentar o percentual da multa de mesma natureza em até **50%**, respeitado o teto de **30%** do valor do contrato.

11.3. As sanções não excluem a obrigação de reparar integralmente os danos à Administração.

11.4. Todas as sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. As multas moratória e compensatória **não serão cumuladas para o mesmo fato gerador**, nos termos do art. 6º, §5º da Lei Municipal nº 3.800/2025.

11.6. Será garantida defesa prévia de **15 dias úteis**, a contar da intimação.

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.8. O recolhimento da multa deverá ser feito em até **10 dias úteis** após comunicação formal da penalidade.

11.9. A aplicação das sanções se dará por processo administrativo sancionador, conforme os arts. 14 a 31 da Lei Municipal nº 3.800/2025.

11.10. Notificações poderão ser realizadas por e-mail, aplicativo de mensagens ou publicação oficial, conforme os arts. 19 e 20 da Lei Municipal.

11.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma que aconteceu a licitação.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

11.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou na plataforma que aconteceu a licitação serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.11. Nas aplicações das sanções serão consideradas:

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12. As infrações que também forem atos lesivos conforme a Lei nº 12.846/2013 serão julgadas conjuntamente.

11.13. A Administração poderá desconsiderar a personalidade jurídica do Contratado e estender as penalidades a sócios e sucessores, nos termos dos arts. 41 a 45 da Lei Municipal.

11.14. As penalidades serão registradas no **CEIS**, **CNEP** ou sistema próprio no prazo de **5 dias úteis**, conforme art. 36 da Lei Municipal.

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o Município ora Contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. Das alterações:

12.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do [art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. Da extinção:

12.2.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

12.2.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.2.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com o objeto correrá à conta da dotação orçamentária abaixo, relativa ao exercício de 2026 e suas correspondentes ao ano posterior:

Dotação Orçamentária

Dotação:	Ficha:	Fonte de Recursos:
10.301.1001.2120 3.3.90.30.00	259	1.621

13.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, ____ de ____ de 2026.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL

Secretário(a)

EMPRESA

Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

Nome CPF:

II - _____

Nome CPF:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÕES;

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ME, EPP OU EQUIPARADA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,

_____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____,

_____, portador do Documento de Identidade nº _____,

_____, inscrito no CPF sob o nº _____DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

() Microempresa, ME,

() Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

() Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da empresa)

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2026

Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

DECLARAÇÃO COMPLETA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____

DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- Atendem aos requisitos de habilitação,
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Por fim **DECLARA** pela **veracidade das informações prestadas**, na forma da lei.

_____, _____ de _____ de 2026

Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

DECLARAÇÃO ME - receita bruta máxima

[Nome da Empresa]
[CNPJ da Empresa]
[Endereço completo]

Aos cuidados da Agente de Contratação/Pregoeira/Comissão de Contratação
[Nome do Órgão Contratante]
[Endereço do Órgão Contratante]

Objeto da Licitação: Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada visando a aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Declaramos, sob as penas da lei, para fins de atendimento ao §2º do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021, que a empresa acima identificada, enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, no ano-calendário de realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de manutenção do enquadramento como empresa de pequeno porte.

Firmamos a presente declaração em conformidade com a legislação vigente, estando cientes das sanções legais aplicáveis em caso de falsidade.

[Local], [Data]

[Nome do Sócio Proprietário]

Sócio Proprietário

CPF: [Informar CPF]

[Nome do Contador]

Contador – CRC: [Número do registro no CRC]

CPF: [Informar CPF do Contador]



Anexo VI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Área requisitante: Secretária Municipal de Saúde do Município de Presidente Olegário/MG.

Objeto: Trata-se do Registro de preços destinado à futura, eventual e parcelada visando a aquisição de peças destinadas à manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica à Saúde do Município de Presidente Olegário/MG, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços**, do tipo **menor preço**, para fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) me-ses.

Desta forma, com objetivo de cumprir a missão institucional e atender o interesse público, o Município de Presidente Olegário/MG vale-se dos instrumentos legais para aquisição de seus bens e serviços. Essa contratação se dará através de Registro de Preço pelo prazo de 12 (doze) meses.

Fundamentação Legal: A contratação, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, tem amparo legal, integralmente, na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, Lei nº 123/06.

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A aquisição de peças odontológicas é imprescindível para a realização da manutenção corretiva dos equipamentos instalados nos consultórios odontológicos da Atenção Básica do Município, garantindo a continuidade dos atendimentos à população e contribuindo para a ampliação da vida útil dos equipamentos.

Ressalta-se que os equipamentos odontológicos demandam manutenções periódicas, com eventuais substituições de peças e componentes, a fim de assegurar seu adequado funcionamento e evitar a interrupção dos serviços de saúde.

Obs.: A contratação será por meio do menor preço do item.

II– Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

As quantidades estimadas para aquisição foram definidas com base nas demandas encaminhadas pela Secretaria



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

Municipal de Saúde, considerando a necessidade de atendimento pelo período de 12 (doze) meses.

O quantitativo total de peças odontológicas foi apurado a partir do histórico de consumo registrado no exercício anterior, aliado à análise das necessidades atuais e eventuais ampliações dos serviços, de modo a assegurar o adequado planejamento da contratação e a continuidade dos atendimentos prestados nos consultórios odontológicos da Atenção Básica.

Tal metodologia de estimativa busca garantir compatibilidade entre a demanda prevista e a realidade operacional da rede municipal de saúde, evitando tanto o desabastecimento quanto a aquisição excessiva de materiais.

A quantidade total estimada segue discriminada na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
001	CAMISA DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	CAMISA DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED
002	PLACA VÁLVULA DO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	PLACA VÁLVULA DO COMPRESSOR DENTEMED
003	PALHETA DA PLACA VÁLVULA COMPRESSOR DENTEMED	UN	1	PALHETA DA PLACA VÁLVULA COMPRESSOR DENTEMED
004	GUARNIÇÕES DO CABEÇOTE COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	GUARNIÇÕES DO CABEÇOTE COMPRESSOR DENTEMED
005	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2020	UN	4	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2020
006	PLACA FOTO DENTEMED	UN	2	PLACA FOTO DENTEMED
007	LED DO FOTO DENTEMED	UN	2	LED DO FOTO DENTEMED
008	BATERIA FOTO DENTEMED	UN	2	BATERIA FOTO DENTEMED
009	BASE FOTO DENTEMED	UN	2	BASE FOTO DENTEMED
010	MOTORREDUTOR DO ASSENTO DENTEMED	UN	3	MOTORREDUTOR DO ASSENTO DENTEMED
011	MOTORREDUTOR DO ENCOSTO DENTEMED	UN	3	MOTORREDUTOR DO ENCOSTO DENTEMED
012	KIT PLACA DENTEMED	UN	3	KIT PLACA DENTEMED
013	CABO FLAT DENTEMED	UN	3	CABO FLAT DENTEMED

Assinado por 2 pessoas: CAMILA FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

014	JOY STICK DENTEMED	UN	2	JOY STICK DENTEMED
015	BOTAO DENTEMED	UN	4	BOTAO DENTEMED
016	TAMPA PET DENTEMED	UN	3	TAMPA PET DENTEMED
017	RESERVATORIO DE ÁGUA DENTEMED	UN	4	RESERVATORIO DE ÁGUA DENTEMED
018	SUPORTE DE PONTAS NOVO DENTEMED	UN	6	SUPORTE DE PONTAS NOVO DENTEMED
019	VALVULA REGULADORA DENTEMED	UN	4	VALVULA REGULADORA DENTEMED
020	VALVULA PNEUMATICA CA DENTEMED	UN	4	VALVULA PNEUMATICA CA DENTEMED
021	MICROVALVULA VLA DENTEMED	UN	6	MICROVALVULA VLA DENTEMED
022	TERMINAL DE ALTA ROTACAO DENTEMED	UN	6	TERMINAL DE ALTA ROTACAO DENTEMED
023	SERINGA TRIPLICE DENTEMED	UN	4	SERINGA TRIPLICE DENTEMED
024	PEDAL DO EQUIPO DENTEMED	UN	4	PEDAL DO EQUIPO DENTEMED
025	RODIZIO DENTEMED	UN	20	RODIZIO DENTEMED
026	MANGUEIRA DUPLA DENTEMED	MT	50	MANGUEIRA DUPLA DENTEMED
027	CUBA DE PORCELANA DENTEMED	UN	4	CUBA DE PORCELANA DENTEMED
028	FILTRO DO SUGADOR DENTEMED	UN	12	FILTRO DO SUGADOR DENTEMED
029	CONJUNTO CARENAGEM DA CUSPIDEIRA DENTEMED	UN	3	CONJUNTO CARENAGEM DA CUSPIDEIRA DENTEMED
030	FUNDO ACABAMENTO CUSPIDEIRA DENTEMED	UN	3	FUNDO ACABAMENTO CUSPIDEIRA DENTEMED
031	SUPORTE DE PONTAS ANTIGO DENTEMED	UN	3	SUPORTE DE PONTAS ANTIGO DENTEMED
032	EJETOR DENTEMED	UN	4	EJETOR DENTEMED
033	COLUNA DE GÁS PARA MOCHO DENTEMED	UN	4	COLUNA DE GÁS PARA MOCHO DENTEMED
034	PROTETOR DO ESPELHO DENTEMED	UN	4	PROTETOR DO ESPELHO DENTEMED
035	LAMPADA H3 12 X 55 DENTEMED	UN	6	LAMPADA H3 12 X 55 DENTEMED
036	CABEÇOTE DE LED DENTEMED	UN	2	CABEÇOTE DE LED DENTEMED
037	FONTE 12V DENTEMED	UN	4	FONTE 12V DENTEMED
038	SUPORTE PONTAS DENTEMED	UN	4	SUPORTE PONTAS DENTEMED

Assinado por 2 pessoas: CAMILA FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

039	BICO DO SUGADOR DENTEMED	UN	6	BICO DO SUGADOR DENTEMED
040	PLACA DE COMANDO REFLETOR LED DENTEMED	UN	2	PLACA DE COMANDO REFLETOR LED DENTEMED
041	MOTOR 850W PARA COMPRESSOR DENTEMED	UN	2	MOTOR 850W PARA COMPRESSOR DENTEMED
042	VALVULA ELETRONICA COMPRESSOR DENTEMED	UN	3	VALVULA ELETRONICA COMPRESSOR DENTEMED
043	VALVULA DE RETENÇÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	3	VALVULA DE RETENÇÃO COMPRESSOR DENTEMED
044	FILTRO DE RUÍDO COMPRESSOR DENTEMED	UN	6	FILTRO DE RUÍDO COMPRESSOR DENTEMED
045	MANOMETRO DO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	MANOMETRO DO COMPRESSOR DENTEMED

046	ANEL DO PISTAO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	ANEL DO PISTAO COMPRESSOR DENTEMED
047	VALVULA DE SEGURANÇA COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	VÁLVULA DE SEGURANÇA COMPRESSOR DENTEMED
048	FONTE DO FOTO DENTEMED	UN	2	FONTE DO FOTO DENTEMED
049	PONTEIRA DO FOTO DENTEMED	UN	2	PONTEIRA DO FOTO DENTEMED
050	INSERTO DO ULTRASSOM DENTEMED	UN	12	INSERTO DO ULTRASSOM DENTEMED
051	CANETA JATO DE BICARBONATO DENTEMED	UN	1	CANETA JATO DE BICARBONATO DENTEMED
052	PLACA ELETRÔNICA DO PROF. DENTEMED	UN	1	PLACA ELETRÔNICA DO PROF. DENTEMED
053	PLACA ELETRÔNICA DO PAINEL DO PROF. DENTEMED	UN	1	PLACA ELETRÔNICA DO PAINEL DO PROF. DENTEMED
054	CANETA ULTRASSOM DO PROF. DENTEMED	UN	1	CANETA ULTRASSOM DO PROF. DENTEMED
055	CONECTOR ULTRASSOM DO PROF DENTEMED	UN	1	CONECTOR ULTRASSOM DO PROF DENTEMED
056	CABECA DO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	10	CABECA DO CONTRA ANGULO DENTEMED
057	TAMPA DO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	TAMPA DO CONTRA ANGULO DENTEMED
058	ROTOR CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	ROTOR CONTRA ANGULO DENTEMED

Assinado por 2 pessoas: CAMILA FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

059	EIXO TRANSMISSAO CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	EIXO TRANSMISSAO CONTRA ANGULO DENTEMED
060	TRAVA BROCA CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	10	TRAVA BROCA CONTRA ANGULO DENTEMED
061	PARAFUSO FIXAÇÃO TRAVA CONTRA ANGULO DENTEMED	UN	2	PARAFUSO FIXAÇÃO TRAVA CONTRA ANGULO DENTEMED
062	S/c registro de água dentmed apresentação unidade	UN	4	S/c registro de água dentmed apresentação unidade
063	TAMPA CANETA DENTEMED	UN	2	TAMPA CANETA DENTEMED
064	ROTOR CANETA DENTEMED	UN	2	ROTOR CANETA DENTEMED
065	ACOPLAMENTO MICROMOTOR DENTEMED	UN	2	ACOPLAMENTO MICROMOTOR DENTEMED
066	CORPO MICROMOTOR DENTEMED	UN	2	CORPO MICROMOTOR DENTEMED
067	GUARNICAO AUTOCLAVE DIGITALE 42L	UN	3	GUARNICAO AUTOCLAVE DIGITALE 42L

068	BASE CARREGADORA DO FOTO SCHUSTER	UN	6	BASE CARREGADORA DO FOTO SCHUSTER
069	PLACA CADEIRA GNATUS	UN	1	PLACA CADEIRA GNATUS
070	MOTOR PARA COMPRESSOR SCHUSTER	UN	2	MOTOR PARA COMPRESSOR SCHUSTER
071	SELO DE SEGURANCA AUTOCLAVE	UN	4	SELO DE SEGURANCA AUTOCLAVE
072	PINO VERMELHO PARA SELO DE SEGURANÇA	UN	4	PINO VERMELHO PARA SELO DE SEGURANÇA
00073	FILTRO DE AR COM REGULADOR	UN	8	FILTRO DE AR COM REGULADOR
074	TUBO AZUL 8 MM	MT	50	TUBO AZUL 8 MM
075	MANGUEIRA CZ PU ¼	MT	50	MANGUEIRA CZ PU ¼
076	MTS MANGUEIRA CZ PARA SUGADOR	MT	50	MTS MANGUEIRA CZ PARA SUGADOR
077	ESPAGUETE CRISTAL	MT	50	ESPAGUETE CRISTAL DE SILICONE 3MM
078	REGISTRO PARA DRENO DO COMPRESSOR	UN	10	REGISTRO PARA DRENO DO COMPRESSOR
079	TUBO AZUL 6MM	MT	50	TUBO AZUL 6MM
080	CONEXÃO RETA ¼ X 6MM	UN	10	CONEXÃO RETA ¼ X 6MM

Assinado por 2 pessoas: CAMILA FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

081	CONEXÃO RETA ¼ X 8MM	UN	10	CONEXÃO RETA ¼ X 8MM
082	MANGUEIRA A TRÍPLICE	MT	30	MANGUEIRA TRÍPLICE
083	CANETA ULTRASSOM KONDETECH	UN	6	CANETA ULTRASSOM KONDETECH
084	CANETA ULTRASSOM DABI	UN	6	CANETA ULTRASSOM DABI
085	PLACA ULTRASSOM KONDETECH	UN	3	PLACA ULTRASSOM KONDETECH
086	UN PLACA CONTROLE ULTRASSOM DABI	UN	2	UN PLACA CONTROLE ULTRASSOM DABI
087	ROTOR 605 C KAVO	UN	5	ROTOR 605 C KAVO
088	TAMPA 605 C KAVO	UN	4	TAMPA 605 C KAVO
089	CABECA CONTRA ÂNGULO KAVO	UN	1	CABECA CONTRA ÂNGULO KAVO
090	ENGRENAGEM CONTRA ÂNGULO KAVO	UN	1	ENGRENAGEM CONTRA ÂNGULO KAVO
091	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE	UN	6	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE
092	ANEL DE VEDACAO AUTOCLAVE 21L	UN	6	ANEL DE VEDACAO AUTOCLAVE 21L
093	BOBINA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	UN	4	BOBINA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE
094	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AUTOCLAVE	UN	6	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AUTOCLAVE
095	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE	UN	6	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE
096	JUNTA DO SPRAY PARA ALTA ROTACAO	UN	10	JUNTA DO SPRAY PARA ALTA ROTACAO
097	CABO DE ALIMENTACAO PARA AUTOCLAVE	UN	6	CABO DE ALIMENTACAO PARA AUTOCLAVE
098	ROLAMENTO PARA ALTA ROTACAO CERAMICO	UN	20	ROLAMENTO PARA ALTA ROTACAO CERAMICO
099	OLEO LUBRIFICANTE KAVO	UN	15	OLEO LUBRIFICANTE KAVO
100	PINO ELÁSTICO PARA CONTRA ÂNGULO	UN	20	PINO ELÁSTICO PARA CONTRA ÂNGULO
101	Protetor ocular schuster	UN	3	Protetor ocular schuster
102	PLACA PARA AUTOCLAVE	UN	6	PLACA PARA AUTOCLAVE
103	BASE ESTRELA PARA MOCHO DENTEMED	UN	3	BASE ESTRELA PARA MOCHO DENTEMED
104	PONTEIRA FOTO SCHUSTER	UN	3	PONTEIRA FOTO SCHUSTER
105	UN ESPELHO REFLETOR LED	UN	2	UN ESPELHO REFLETOR LED DENTEMED

Assinado por 2 pessoas: CAMILA FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141> e informe o código 9773-ADB8-D522-0141



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

	DENTEMED			
106	VALVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	UN	6	VALVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE
107	JUNTA DO ENGATE PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	10	JUNTA DO ENGATE PARA ALTA ROTAÇÃO

Local e prazo da entrega:

A entrega dos itens deverá ocorrer no endereço indicado pelo órgão requisitante, conforme especificado na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

O prazo máximo para entrega será de até 8 (oito) dias consecutivos, contados a partir da emissão da respectiva NAF.

Os custos referentes ao transporte, carga, descarga e demais despesas necessárias à efetiva entrega dos materiais correrão integralmente por conta do fornecedor.

As entregas deverão ser realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e emissão da NAF, no horário de funcionamento do órgão requisitante, compreendido entre 08h00min e 16h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Os itens fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas, aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos no Termo de Referência, bem como observar os prazos de garantia previstos na legislação aplicável, especialmente no Código de Defesa do Consumidor.

Pagamento:

O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a entrega do produto e apresentação da Nota Fiscal, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.

Dotações Orçamentária

A despesa decorrente desta aquisição correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação:	Ficha:	Fonte de Recursos:
10.301.1001.2120 3.3.90.30.00	259	1.621

Obs.: A contratação será por meio do menor valor item.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

III – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

A planilha de pesquisa de preços apresenta a estimativa do valor médio unitário e total da contratação, perfazendo o montante estimado de R\$ 46.555,34 (quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

A apuração inicial dos valores foi realizada com base nos dados extraídos do sistema Memory, considerando os preços registrados na última aquisição realizada pela Administração para objeto semelhante, os quais refletem o histórico recente de contratações do Município.

Os valores unitários referenciais foram obtidos diretamente da requisição anterior registrada no sistema, sendo utilizados como parâmetro preliminar para a estimativa da presente contratação, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Destaca-se que alguns itens não tiveram seus valores unitários estimados nesta fase, tendo em vista se tratarem de itens novos, sem histórico de aquisição anterior no sistema Memory, o que impossibilitou a obtenção de referência interna de preços.

Ressalta-se que a presente estimativa possui caráter inicial, cabendo ao Setor de Licitações proceder, oportunamente, à apuração detalhada dos preços de mercado, por meio de pesquisa formal, em conformidade com a legislação vigente, a fim de assegurar a compatibilidade dos valores com aqueles praticados no mercado, inclusive para os itens que não possuem referência prévia.

Tal metodologia visa garantir maior fidedignidade aos preços estimados, observando a compatibilidade com os valores anteriormente praticados pela Administração, em consonância com os princípios da economicidade e da vantajosidade.

A documentação comprobatória que dá suporte à formação dos preços, incluindo relatórios extraídos do sistema, integra o processo administrativo, podendo, se necessário, constar em anexo classificado até a conclusão do certame.

Item	Descrição	Un	Quantidade	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
001	CAMISA DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	CAMISA DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	R\$122,00	R\$488,00
002	PLACA VÁLVULA DO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	PLACA VÁLVULA DO COMPRESSOR DENTEMED	R\$64,90	R\$259,60

Assinado por 2 pessoas: FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteleogario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141> e informe o código 9773-ADB8-D522-0141



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

003	PALHETA DA PLACA VÁLVULA COMPRESSOR DENTEMED	UN		1PALHETA DA PLACA VÁLVULA COMPRESSOR DENTEMED	R\$41,06	R\$41,06
004	GUARNIÇÕES DO CABEÇOTE COMPRESSOR DENTEMED	UN		4GUARNIÇÕES DO CABEÇOTE COMPRESSOR DENTEMED	R\$38,00	R\$152,00
005	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2020	UN		4CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIO R 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2020	R\$80,17	R\$320,68
006	PLACA FOTO DENTEMED	UN		2PLACA FOTO DENTEMED	R\$97,00	R\$194,00
007	LED DO FOTO DENTEMED	UN		2LED DO FOTO DENTEMED	R\$67,00	R\$134,00
008	BATERIA FOTO DENTEMED	UN		2BATERIA FOTO DENTEMED	R\$132,00	R\$264,00
009	BASE FOTO DENTEMED	UN		2BASE FOTO DENTEMED	R\$8,75	R\$17,50
010	MOTORREDUTOR DO ASSENTO DENTEMED	UN		3MOTORREDUTOR DO ASSENTO DENTEMED	R\$859,00	R\$2.577,00

011	MOTORREDUTOR DO ENCOSTO DENTEMED	UN	3	MOTORREDUTOR DO ENCOSTO DENTEMED	R\$770,00	R\$2.310,00
012	KIT PLACA DENTEMED	UN	3	KIT PLACA DENTEMED	R\$990,00	R\$2.970,00
013	CABO FLAT DENTEMED	UN	3	CABO FLAT DENTEMED	R\$86,54	R\$259,62
014	JOY STICK DENTEMED	UN	2	JOY STICK DENTEMED	R\$204,00	R\$408,00
015	BOTAO DENTEMED	UN	4	BOTAO DENTEMED	R\$11,00	R\$44,00
016	TAMPA PET DENTEMED	UN	3	TAMPA PET DENTEMED	R\$83,00	R\$249,00
017	RESERVATORIO DE ÁGUA DENTEMED	UN	4	RESERVATORIO DE ÁGUA DENTEMED	R\$00,00	R\$
018	SUPORTE DE PONTAS NOVO DENTEMED	UN	6	SUPORTE DE PONTAS NOVO DENTEMED	R\$58,00	R\$348,00
019	VALVULA REGULADORA DENTEMED	UN	4	VALVULA REGULADORA DENTEMED	R\$69,00	R\$276,00
020	VALVULA PNEUMATICA CA DENTEMED	UN	4	VALVULA PNEUMATICA CA DENTEMED	R\$00,00	R\$
021	MICROVALVULA VLA DENTEMED	UN	6	MICROVALVULA VLA DENTEMED	R\$36,00	R\$216,00
022	TERMINAL DE ALTA ROTACAO DENTEMED	UN	6	TERMINAL DE ALTA ROTACAO DENTEMED	R\$78,00	R\$468,00
023	SERINGA TRIPLICE DENTEMED	UN	4	SERINGA TRIPLICE DENTEMED	R\$102,00	R\$408,00
024	PEDAL DO EQUIPO DENTEMED	UN	4	PEDAL DO EQUIPO DENTEMED	R\$125,00	R\$500,00

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteolegario.tdoc.com.br/verificacao/9773-AD58-D522-0141> e informe o código 9773-AD58-D522-0141

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

025	RODIZIO DENTEMED	UN	20	RODIZIO DENTEMED	R\$00,00	R\$
026	MANGUEIRA DUPLA DENTEMED	MT	50	MANGUEIRA DUPLA DENTEMED	R\$13,85	R\$692,50
027	CUBA DE PORCELANA DENTEMED	UN	4	CUBA DE PORCELANA DENTEMED	R\$104,00	R\$416,00
028	FILTRO DO SUGADOR DENTEMED	UN	12	FILTRO DO SUGADOR DENTEMED	R\$18,00	R\$216,00
029	CONJUNTO CARENAGEM DA CUSPIDEIRA DENTEMED	UN	3	CONJUNTO CARENAGEM DA CUSPIDEIRA DENTEMED	R\$260,00	R\$780,00
030	FUNDO ACABAMENTO CUSPIDEIRA DENTEMED	UN	3	FUNDO ACABAMENTO CUSPIDEIRA DENTEMED	R\$80,00	R\$240,00
031	SUPORTE DE PONTAS ANTIGO DENTEMED	UN	3	SUPORTE DE PONTAS ANTIGO DENTEMED	R\$50,00	R\$150,00
032	EJETOR DENTEMED	UN	4	EJETOR DENTEMED	R\$32,00	R\$128,00
033	COLUNA DE GÁS PARA MOCHO DENTEMED	UN	4	COLUNA DE GÁS PARA MOCHO DENTEMED	R\$52,60	R\$210,40
034	PROTETOR DO ESPELHO DENTEMED	UN	4	PROTETOR DO ESPELHO DENTEMED	R\$37,50	R\$150,00
035	LAMPADA H3 12 X 55 DENTEMED	UN	6	LAMPADA H3 12 X 55 DENTEMED	R\$19,00	R\$114,00

036	CABEÇOTE DE LED DENTEMED	UN	2	CABEÇOTE DE LED DENTEMED	R\$745,00	R\$1.490,00
037	FONTE 12V DENTEMED	UN	4	FONTE 12V DENTEMED	R\$47,00	R\$188,00
038	SUPORTE PONTAS DENTEMED	UN	4	SUPORTE PONTAS DENTEMED	R\$00,00	R\$00,00
039	BICO DO SUGADOR DENTEMED	UN	6	BICO DO SUGADOR DENTEMED	R\$35,00	R\$210,00
040	PLACA DE COMANDO REFLETOR LED DENTEMED	UN	2	PLACA DE COMANDO REFLETOR LED DENTEMED	R\$259,00	R\$518,00
041	MOTOR 850W PARA COMPRESSOR DENTEMED	UN	2	MOTOR 850W PARA COMPRESSOR DENTEMED	R\$894,00	R\$1.788,00
042	VALVULA ELETRONICA COMPRESSOR DENTEMED	UN	3	VALVULA ELETRONICA COMPRESSOR DENTEMED	R\$88,00	R\$264,00
043	VALVULA DE RETENÇÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	3	VALVULA DE RETENÇÃO COMPRESSOR DENTEMED	R\$00,00	R\$00,00

Assinado por 2 pessoas: LARA FERNANDA DA SILVA e LARA FERNANDA DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portaltransparencia.mg.gov.br/verificacao/9773-AD-B8-D522-0141> e informe o código 9773-AD-B8-D522-0141

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

044	FILTRO DE RUÍDO COMPRESSOR DENTEMED	UN	6	FILTRO DE RUÍDO COMPRESSOR DENTEMED	R\$44,00	R\$264,00
045	MANOMETRO DO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	MANOMETRO DO COMPRESSOR DENTEMED	R\$61,00	R\$244,00
046	ANEL DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	ANEL DO PISTÃO COMPRESSOR DENTEMED	R\$54,00	R\$216,00
047	VÁLVULA DE SEGURANÇA COMPRESSOR DENTEMED	UN	4	VÁLVULA DE SEGURANÇA COMPRESSOR DENTEMED	R\$00,00	R\$00,00
048	FONTE DO FOTO DENTEMED	UN	2	FONTE DO FOTO DENTEMED	R\$28,00	R\$56,00
049	PONTEIRA DO FOTO DENTEMED	UN	2	PONTEIRA DO FOTO DENTEMED	R\$81,00	R\$162,00
050	INSERTO DO ULTRASSOM DENTEMED	UN	12	INSERTO DO ULTRASSOM DENTEMED	R\$25,00	R\$300,00
051	CANETA JATO DE BICARBONATO DENTEMED	UN	1	CANETA JATO DE BICARBONATO DENTEMED	R\$268,00	R\$268,00
052	PLACA ELETRÔNICA DO PROF. DENTEMED	UN	1	PLACA ELETRÔNICA DO PROF. DENTEMED	R\$214,00	R\$214,00
053	PLACA ELETRÔNICA DO PAINEL DO PROF. DENTEMED	UN	1	PLACA ELETRÔNICA DO PAINEL DO PROF. DENTEMED	R\$340,00	R\$340,00
054	CANETA ULTRASSOM DO PROF. DENTEMED	UN	1	CANETA ULTRASSOM DO PROF. DENTEMED	R\$265,00	R\$265,00
055	CONECTOR ULTRASSOM DO PROF DENTEMED	UN	1	CONECTOR ULTRASSOM DO PROF DENTEMED	R\$133,00	R\$133,00
056	CABECA DO CONTRA ÂNGULO DENTEMED	UN	10	CABECA DO CONTRA ÂNGULO DENTEMED	R\$99,00	R\$990,00
057	TAMPA DO CONTRA ÂNGULO DENTEMED	UN	2	TAMPA DO CONTRA ÂNGULO DENTEMED	R\$44,00	R\$88,00
058	ROTOR CONTRA ÂNGULO DENTEMED	UN	2	ROTOR CONTRA ÂNGULO DENTEMED	R\$79,00	R\$158,00
059	EIXO TRANSMISSÃO CONTRA ÂNGULO DENTEMED	UN	2	EIXO TRANSMISSÃO CONTRA ÂNGULO DENTEMED	R\$113,00	R\$226,00
060	TRAVA BROCA CONTRA ÂNGULO DENTEMED	UN	10	TRAVA BROCA CONTRA ÂNGULO DENTEMED	R\$27,00	R\$270,00
061	PARAFUSO FIXAÇÃO TRAVA CONTRA ÂNGULO DENTEMED	UN	2	PARAFUSO FIXAÇÃO TRAVA CONTRA ÂNGULO DENTEMED	R\$5,59	R\$11,18

Assinado por 2 pessoas: CAMILA EDUARDA DA SILVA e LARA EREMANDES ROCHA RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteelegario.tao.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

062	S/c registro de água dentmed apresentação unidade	UN	4	S/c registro de água dentmed apresentação unidade	R\$00,00	R\$00,00
063	TAMPA CANETA DENTEMED	UN	2	TAMPA CANETA DENTEMED	R\$52,00	R\$104,00
064	ROTOR CANETA DENTEMED	UN	2	ROTOR CANETA DENTEMED	R\$165,00	R\$330,00
065	ACOPLAMENTO MICROMOTOR DENTEMED	UN	2	ACOPLEMENTO MICROMOTOR DENTEMED	R\$53,00	R\$106,00
066	CORPO MICROMOTOR DENTEMED	UN	2	CORPO MICROMOTOR DENTEMED	R\$117,00	R\$234,00
067	GUARNICAO AUTOCLAVE DIGITALE 42L	UN	3	GUARNICAO AUTOCLAVE DIGITALE 42L	R\$248,00	R\$744,00
068	BASE CARREGADORA DO FOTO SCHUSTER	UN	6	BASE CARREGADORA DO FOTO SCHUSTER	R\$169,00	R\$1.014,00
069	PLACA CADEIRA GNATUS	UN	1	PLACA CADEIRA GNATUS	R\$367,00	R\$367,00
070	MOTOR PARA COMPRESSOR SCHUSTER	UN	2	MOTOR PARA COMPRESSOR SCHUSTER	R\$579,00	R\$1.158,00
071	SELO DE SEGURANCA AUTOCLAVE	UN	4	SELO DE SEGURANCA AUTOCLAVE	R\$15,65	R\$62,60
072	PINO VERMELHO PARA SELO DE SEGURANÇA	UN	4	PINO VERMELHO PARA SELO DE SEGURANÇA	R\$8,90	R\$35,60
00073	FILTRO DE AR COM REGULADOR	UN	8	FILTRO DE AR COM REGULADOR	R\$52,00	R\$416,00
074	TUBO AZUL 8 MM	MT	50	TUBO AZUL 8 MM	R\$00,00	R\$00,00
075	MANGUEIRA CZ PU 1/4	MT	50	MANGUEIRA CZ PU 1/4	R\$3,28	R\$164,00
076	MTS MANGUEIRA CZ PARA SUGADOR	MT	50	MTS MANGUEIRA CZ PARA SUGADOR	R\$5,27	R\$263,50
077	ESPAGUETE CRISTAL	MT	50	ESPAGUETE CRISTAL DE SILICONE 3MM	R\$3,30	R\$165,00

Assinado por 2 pessoas: CAMILA FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteolegario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141> e informe o código 9773-ADB8-D522-0141

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

078	REGISTRO PARA DRENO DO COMPRESSOR	UN	10	REGISTRO PARA DRENO DO COMPRESSOR	R\$21, 75	R\$217,50
079	TUBO AZUL 6MM	MT	50	TUBO AZUL 6MM	R\$0,9 2	R\$46,00
080	CONEXÃO RETA ¼ X 6MM	UN	10	CONEXÃO RETA ¼ X 6MM	R\$5,0 0	R\$50,00
081	CONEXÃO RETA ¼ X 8MM	UN	10	CONEXÃO RETA ¼ X 8MM	R\$4,9 9	R\$49,90
082	MANGU EIRA TRÍPLIC E	MT	30	MANGUEIR A TRÍPLICE	R\$8,4 7	R\$254,10

083	CANETA ULTRASSOM KONDENTECH	UN	6	CANETA ULTRASSOM KONDENTECH	R\$345,00	R\$2.070,00
084	CANETA ULTRASSOM DABI	UN	6	CANETA ULTRASSOM DABI	R\$599,00	R\$3.594,00
085	PLACA ULTRASSOM KONDENTECH	UN	3	PLACA ULTRASSOM KONDENTECH	R\$369,00	R\$1.107,00
086	UN PLACA CONTROLE ULTRASSOM DABI	UN	2	UN PLACA CONTROLE ULTRASSOM DABI	R\$214,00	R\$428,00
087	ROTOR 605 C KAVO	UN	5	ROTOR 605 C KAVO	R\$118,50	R\$592,50
088	TAMPA 605 C KAVO	UN	4	TAMPA 605 C KAVO	R\$57,00	R\$228,00
089	CABECA CONTRA ÂNGULO KAVO	UN	1	CABECA CONTRA ÂNGULO KAVO	R\$198,50	R\$198,50
090	ENGRENAGEM CONTRA ÂNGULO KAVO	UN	1	ENGRENAGEM CONTRA ÂNGULO KAVO	R\$130,00	R\$130,00
091	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE	UN	6	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE	R\$94,90	R\$569,40
092	ANEL DE VEDACAO AUTOCLAVE 21L	UN	6	ANEL DE VEDACAO AUTOCLAVE 21L	R\$93,00	R\$558,00
093	BOBINA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	UN	4	BOBINA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	R\$99,00	R\$396,00
094	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AUTOCLAVE	UN	6	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AUTOCLAVE	R\$114,00	R\$684,00
095	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE	UN	6	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE	R\$104,00	R\$624,00
096	JUNTA DO SPRAY PARA ALTA ROTACAO	UN	10	JUNTA DO SPRAY PARA ALTA ROTACAO	R\$19,00	R\$190,00
097	CABO DE ALIMENTACAO PARA AUTOCLAVE	UN	6	CABO DE ALIMENTACAO PARA AUTOCLAVE	R\$24,00	R\$144,00
098	ROLAMENTO PARA ALTA ROTACAO CERAMICO	UN	20	ROLAMENTO PARA ALTA ROTACAO CERAMICO	R\$00,00	R\$00,00
099	OLEO LUBRIFICANTE KAVO	UN	15	OLEO LUBRIFICANTE KAVO	R\$22,00	R\$330,00
100	PINO ELÁSTICO PARA CONTRA ÂNGULO	UN	20	PINO ELÁSTICO PARA CONTRA ÂNGULO	R\$7,00	R\$140,00

Assinado por 2 pessoas: CAMILA FONSECA DA SILVA e LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://presidenteelegario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141> e informe o código 9773-ADB8-D522-0141

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO****Setor de Licitações**34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

101	Protetor ocular schuster	UN	3	Protetor ocular schuster	R\$31,00	R\$93,00
102	PLACA PARA AUTOCLAVE	UN	6	PLACA PARA AUTOCLAVE	R\$379,00	R\$2.274,00
103	BASE ESTRELA PARA MOCHO DENTEMED	UN	3	BASE ESTRELA PARA MOCHO DENTEMED	R\$82,00	R\$246,00
104	PONTEIRA FOTO SCHUSTER	UN	3	PONTEIRA FOTO SCHUSTER	R\$61,50	R\$184,50
105	UN ESPELHO REFLETOR LED DENTEMED	UN	2	UN ESPELHO REFLETOR LED DENTEMED	R\$184,00	R\$368,00
106	VALVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	UN	6	VALVULA SOLENOIDE PARA AUTOCLAVE	R\$143,50	R\$861,00
107	JUNTA DO ENGATE PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	10	JUNTA DO ENGATE PARA ALTA ROTAÇÃO	R\$10,00	R\$100,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

34 3811-0070 ou licitacao@po.mg.gov.br

V – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será realizada **por item**, considerando que o objeto é divisível, técnica e economicamente viável, não havendo prejuízo ao conjunto da solução nem perda de economia de escala.

O parcelamento do objeto observa o princípio da competitividade, na medida em que possibilita a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para o fornecimento da totalidade dos itens, possam atender a unidades autônomas específicas, permitindo, assim, a contratação de empresas distintas.

Tal medida contribui para o aumento da concorrência, obtenção de propostas mais vantajosas e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Ressalta-se, ainda, que a aquisição ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Odontologia do Município, mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento, em consonância com o planejamento administrativo e a gestão eficiente dos estoques.

VI - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A Secretaria Municipal de Saúde declara a viabilidade da presente aquisição, considerando os pressupostos técnicos e administrativos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar.

Registra-se que o valor estimado para a contratação se encontra compatível com a previsão orçamentária do Município, observando-se a disponibilidade de recursos para fazer face à despesa.

Diante da análise realizada, conclui-se pela **VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO**, tendo em vista seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, bem como a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde Odontológica.

Em complemento aos requisitos analisados, recomenda-se o prosseguimento do processo licitatório, não se identificando óbices jurídicos, técnicos ou orçamentários à continuidade da contratação no formato proposto.

A aquisição demonstra-se adequada e necessária, conforme os elementos constantes no presente Estudo Técnico Preliminar e em consonância com os objetivos institucionais da Administração Pública.

Lara Fernandes R. Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SIMPLIFICADO

Conforme estabelecido no §1º do artigo 18 da Lei 14.133/21, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deve elucidar tanto o problema que se pretende solucionar quanto a melhor abordagem para fazê-lo, possibilitando assim a avaliação da viabilidade técnica e econômica da proposta de contratação.

Dos treze incisos do artigo 18, conforme determina o §2º do mesmo dispositivo legal, cinco são de cumprimento obrigatório: I, IV, VI, VIII e XIII. A Administração, por sua vez, precisa justificar a ausência de quaisquer outros elementos que não tenham sido abordados no ETP.

Nestes termos:

Considerando que se trata de **Registro de Preços destinado à futura, eventual e parcelada aquisição de peças para manutenção corretiva dos consultórios odontológicos da Atenção Básica de Saúde do Município de Presidente Olegário/MG;**

Considerando a elaboração do Termo de Referência, contendo a descrição detalhada do objeto a ser contratado, a justificativa da demanda apresentada, a realização de pesquisa de preços com aferição dos valores praticados no mercado, bem como as disposições relativas às condições de fornecimento, dotação orçamentária e disponibilidade financeira;

Justifica-se a elaboração de **ETP simplificado** com os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º, do artigo 18, da Lei 14.133/2021.

Presidente Olegário, 20 de fevereiro de 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9773-ADB8-D522-0141

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAMILA FONSECA DA SILVA (CPF 130.XXX.XXX-80) em 02/06/2026 11:14:30 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LARA FERNANDES RODRIGUES RIBEIRO (CPF 118.XXX.XXX-60) em 02/06/2026 11:21:50
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://presidenteolegario.1doc.com.br/verificacao/9773-ADB8-D522-0141>